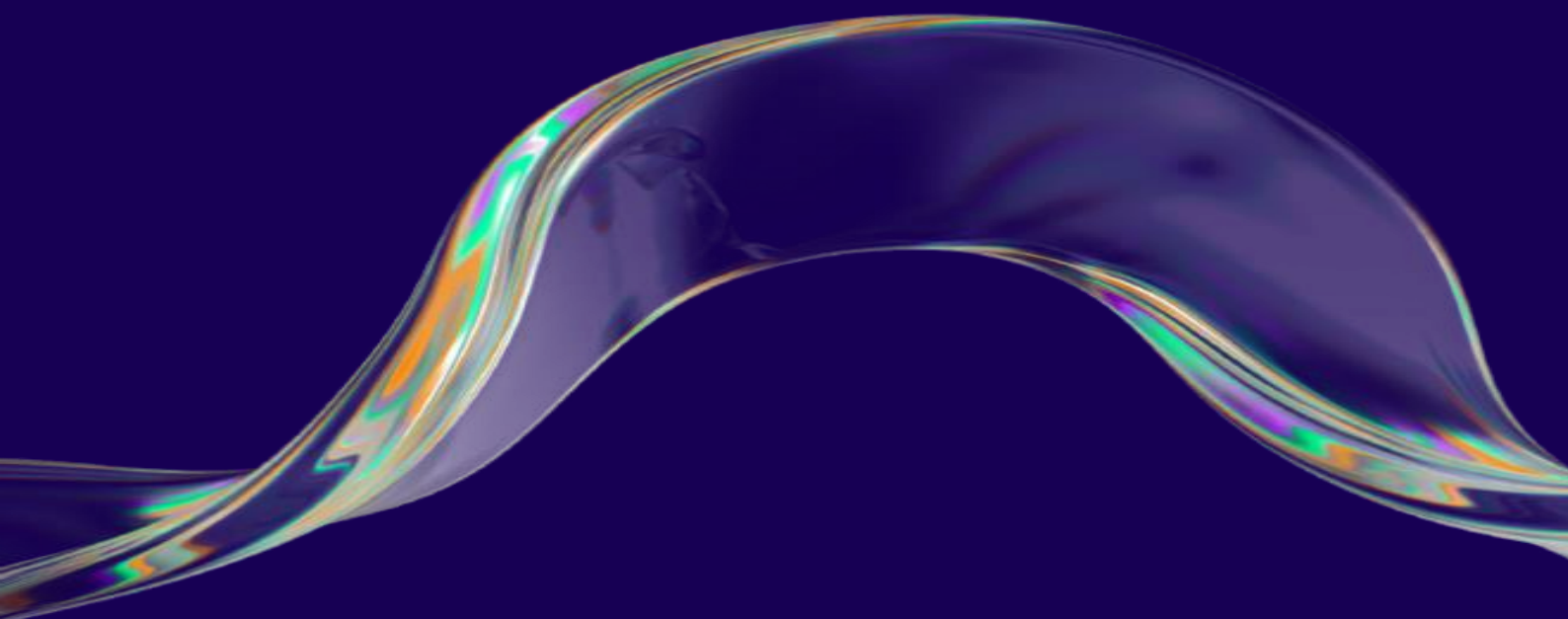


Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações
financeiras individuais e
consolidadas em 31 de
dezembro de 2024
e relatório dos auditores**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	13
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	14
5	Receita	14
6	Custos e despesas	15
7	Resultado financeiro líquido	11
8	Caixa, equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	11
9	Contas a receber de clientes	12
10	Investimentos	12
11	Imobilizado	13
12	Financiamentos	16
13	Fornecedores	17
14	Provisão para litígios	18
15	Obrigações com desmobilização de ativos	18
16	Partes relacionadas	20
17	Patrimônio líquido	21
18	Imposto de renda e contribuição social	21
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	22
20	Seguros	27

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	5	-	-	99.496	74.320
Custo com energia elétrica	6	-	-	(30.979)	(7.596)
Custo com operação	6	-	-	(27.146)	(30.100)
Lucro bruto		-	-	41.371	36.624
Receitas (despesas) operacionais	6				
Gerais e administrativas		(412)	(571)	(7.913)	(3.830)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	13	(13)
		(412)	(571)	(7.900)	(3.843)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(412)	(571)	33.471	32.781
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	1.018	(5.216)	-	-
		1.018	(5.216)	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		29.823	99	34.891	5.238
Despesas financeiras		(5.033)	(12)	(38.094)	(39.638)
		24.790	87	(3.203)	(34.400)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		25.396	(5.700)	30.268	(1.619)
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		-	-	(4.872)	(4.081)
Diferidos		(8.735)	-	(8.735)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		16.661	(5.700)	16.661	(5.700)
Prejuízo do exercício		16.661	(5.700)	16.661	(5.700)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(509)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		16.661	(5.700)	16.152	(5.700)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	16.661	(5.700)	16.661	(5.700)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Perda em participação de investida	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	16.661	(5.700)	16.661	(5.700)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores			16.661	(5.700)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores			(509)	-
Lucro (prejuízo) do exercício			16.152	(5.700)

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		25.396	(5.700)	30.268	(1.619)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias de financiamentos	12 (c)	-	-	31.916	36.509
Depreciação e amortização	6	-	43	20.308	23.361
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	332	359
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(958)	(1.010)
Ajuste a valor presente com desmobilização de ativos	15	-	-	539	551
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	-	2	1
Equivalência patrimonial	10 (b)	(1.018)	5.216	-	-
Reversão (provisão) para litígios		-	-	4	10
		24.378	(441)	82.411	58.162
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(4.302)	(2.148)
Tributos a recuperar		(699)	(19)	(452)	(480)
Partes relacionadas		-	-	-	19.603
Demais créditos e outros ativos		(1)	1	30	58
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		41	(6)	3.503	(16.778)
Tributos a recolher		13	4	(843)	(841)
Partes relacionadas		-	7	3.812	(20.302)
Demais obrigações e outros passivos		16.479	-	16.176	118
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		40.211	(454)	100.335	37.392
Juros pagos sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(15.523)	(12.695)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.250)	(3.795)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		40.211	(454)	81.562	20.902
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	46	-
Resgate de (aplicação em) conta reserva		-	-	351	(3.204)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	397	(3.204)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	12 (c)	-	-	-	14.041
Liquidação de financiamentos	12 (c)	-	-	(16.713)	(13.160)
Adições dos custos de captações	12 (c)	-	-	-	(264)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(16)	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-	(16.729)	613
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		40.211	(454)	65.230	18.311
Caixa excluído por empresa excluída na consolidação		-	-	-	(26.907)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		596	1.050	34.343	42.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.807	596	99.573	34.343

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	40.807	596	99.573	34.343
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	-	-
Contas a receber de clientes		-	-	8.861	4.559
Tributos a recuperar		732	33	896	444
Dividendos a receber		484	-	-	-
Outros ativos		4	3	711	741
		<u>42.027</u>	<u>632</u>	<u>110.041</u>	<u>40.087</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	10.041	9.434
Partes Relacionadas	16	-	-	3.562	3.562
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.603</u>	<u>12.996</u>
Investimentos	10	113.407	112.873	-	-
Imobilizado	11	-	-	396.393	420.036
Intangível		-	-	19	27
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	9	23
		<u>113.407</u>	<u>112.873</u>	<u>410.024</u>	<u>433.082</u>
Total do ativo		<u>155.434</u>	<u>113.505</u>	<u>520.065</u>	<u>473.169</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	12	-	-	17.363	16.517
Fornecedores	13	51	10	6.296	6.104
Arrendamentos		-	-	10	14
Tributos a recolher		18	5	1.720	953
Partes relacionadas	16	-	-	3.812	-
Provisões de litígios		-	-	538	-
Outros passivos		-	-	936	1.240
		<u>69</u>	<u>15</u>	<u>30.675</u>	<u>24.828</u>
Não circulante					
Financiamentos	12	-	-	322.451	323.285
Arrendamentos		-	-	-	10
Tributos a recolher		8.735	-	13.526	4.779
Partes relacionadas	16	-	-	907	907
Provisões de litígios		-	-	-	534
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	5.875	5.336
Outros passivos		16.479	-	16.480	-
		<u>25.214</u>	<u>-</u>	<u>359.239</u>	<u>334.851</u>
Total do passivo		<u>25.283</u>	<u>15</u>	<u>389.914</u>	<u>359.679</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	136.930	136.930	136.930	136.930
Ajuste de avaliação patrimonial		160	160	160	160
Prejuízos acumulados		(6.939)	(23.600)	(6.939)	(23.600)
		<u>130.151</u>	<u>113.490</u>	<u>130.151</u>	<u>113.490</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>155.434</u>	<u>113.505</u>	<u>520.065</u>	<u>473.169</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2023		190.364	160	(17.900)	172.624
Prejuízo do exercício		-	-	(5.700)	(5.700)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	(5.700)	(5.700)
Redução de capital		(58.303)	-	-	(58.303)
Aumento de capital via aporte de ativos		4.869	-	-	4.869
Contribuições e distribuições aos acionistas		(53.434)	-	-	(53.434)
Em 31 de dezembro de 2023		136.930	160	(23.600)	113.490
Em 1º de janeiro de 2023		136.930	160	(23.600)	113.490
Lucro líquido do exercício (absorvido)		-	-	16.661	16.661
Total resultado abrangente do exercício		-	-	16.661	16.661
Em 31 de dezembro de 2024		136.930	160	(6.939)	130.151

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de São João Paulo II Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechado, com sede na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, que foi constituída em 09 de fevereiro de 2015.

A Companhia tem como objeto social (a) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto; e, ainda, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera as centrais geradoras eólicas localizadas nos estados de Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí II ("VDP II") e Ventos do Piauí III ("VDP III"), com capacidade instalada total de 81 MW, por meio de suas controladas.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

	Capacidade instalada (Mwm)	Início da concessão	Término da concessão
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):			
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	36,0	15/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):			
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	45,0	19/08/2022	10/11/2055

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação nos Consórcios:

(a) a controlada Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A. possui participação de 17,02% na empresa Consórcio Ventos do Piauí II, havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.; e ii) Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

(b) a controlada Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. possui participação de 21,74% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; e iv) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2024		2023		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
NK 232 Empreendimentos e Participações S.A..	55	55	55	-	São Paulo- Brasil	Holding

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2024

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as

principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Investimentos
11	Imobilizado
14	Provisão para litígios
15	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo - CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta		
Contratos <i>wholesale</i>	47.714	-
Partes relacionadas (Nota 16)	54.204	77.321
Energia de curto prazo - CCEE	1.714	257
Total receita bruta	103.632	77.578
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(3.783)	(2.834)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(353)	(424)
	(4.136)	(3.258)
Receita líquida	99.496	74.320

6 Custos e despesas

	Consolidado					
					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(25.428)	-	-	-	(25.428)	(1.671)
Encargos de uso da rede elétrica	(5.551)	-	-	-	(5.551)	(5.925)
Depreciação e amortização	-	(19.166)	(1.141)	-	(20.307)	(23.361)
Pessoal	-	(174)	(3.287)	-	(3.461)	-
Pessoal (i)	-	(174)	(3.287)	-	(3.461)	-
Materiais	-	(10)	(75)	-	(85)	(116)
Materiais	-	(10)	(75)	-	(85)	(116)
Serviços	-	(5.803)	(2.012)	-	(7.815)	(7.235)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(4.830)	-	-	(4.830)	(5.234)
Manutenção e conservação	-	(216)	(495)	-	(711)	(505)
Serviços de terceiros	-	(757)	(1.517)	-	(2.274)	(1.496)
Outros	-	(1.993)	(1.435)	-	(3.428)	(3.218)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.453)	(228)	-	(1.681)	(1.247)
Seguros	-	-	(1.199)	-	(1.199)	(1.368)
Impostos, taxas e contribuições	-	(162)	(8)	-	(170)	(298)
Outras despesas líquidas	-	(378)	-	-	(378)	(305)
						-
Demais (despesas) receitas	-	-	37	13	50	(13)
Outros custos e despesas, líquidos	-	-	37	13	50	(13)
	(30.979)	(27.146)	(7.913)	13	(66.025)	#REF!

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		3.619	104	8.687	5.213
Juros sobre ativos financeiros		26.373	-	26.373	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(169)	(5)	(169)	(5)
Outras receitas financeiras		-	-	-	30
		<u>29.823</u>	<u>99</u>	<u>34.891</u>	<u>5.238</u>
Despesas financeiras					
Juros e atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(15.554)	(19.653)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(16.362)	(16.856)
Juros sobre operações de partes relacionadas	16	-	-	-	(821)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	(332)	(359)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	(539)	(551)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	-	(2)	(1)
Outras despesas financeiras		(5.033)	(12)	(5.305)	(1.397)
		<u>(5.033)</u>	<u>(12)</u>	<u>(38.094)</u>	<u>(39.638)</u>
		<u>24.790</u>	<u>87</u>	<u>(3.203)</u>	<u>(34.400)</u>

8 Caixa, equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa				
Caixa e bancos	94	72	346	348
	<u>94</u>	<u>72</u>	<u>346</u>	<u>348</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (b)	8.114	-	57.371	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	32.599	524	41.856	33.995
	<u>40.713</u>	<u>524</u>	<u>99.227</u>	<u>33.995</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>40.807</u>	<u>596</u>	<u>99.573</u>	<u>34.343</u>
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Não circulante	-	-	10.041	9.434
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.041</u>	<u>9.434</u>
	<u>40.807</u>	<u>596</u>	<u>109.614</u>	<u>43.777</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa possuem taxa média de remuneração entre 99,46% e 101,00% do CDI (98% e 103,20% em 31 de dezembro de 2023).

(i) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de fundo de investimento

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Quotas de fundo de investimentos		
Operações compromissadas – Títulos Públicos	7.202	51.831
LFT - Letra Financeira do Tesouro	912	6.563
	8.114	58.394

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, o Fundo Odessa. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,46% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2024	2023	2024	2023
AAA	40.807	596	109.590	43.777
Sem rating	-	-	24	-
	40.807	596	109.614	43.777

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 dias.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 16)	4.908	4.154
Energia de curto prazo - CCEE	355	405
Contratos Regulados - Leilão LER	3.598	-
	8.861	4.559

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	8.712	4.559
Vencidos até 3 meses	149	-
	8.861	4.559

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2024	2023	2024	Saldo
					2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	55.293	336	50,00	50,00	168	(222)	27.647	54.957
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	(3.424)	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	58.598	682	50,00	50,00	341	(1.570)	29.299	57.916
NK 232 Empreendimentos e Participações S.A	56.461	509	55,00	55,00	509	-	56.461	-
					1.018	(5.216)	113.407	112.873

(b) Movimentação

	Nota	2024	Controladora 2023
Saldo no início do exercício		112.873	170.301
Equivalência patrimonial		1.018	(5.216)
Cisão parcial de investimentos		-	(58.303)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		(484)	-
Aumento de capital em investidas		-	6.091
Saldo no final do exercício		113.407	112.873

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia não identificaram indicativos de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	350.773	85.454	1.375	4.731	99	-	485	3.393	446.310	612.259
Depreciação acumulada	(21.854)	(4.156)	(72)	(179)	(9)	-	(4)	-	(26.274)	(8.659)
Saldo líquido no início do exercício	328.919	81.298	1.303	4.552	90	-	481	3.393	420.036	603.600
Adições	-	-	-	-	-	-	-	1.260	1.260	5.839
Depreciação	(16.831)	(3.246)	(46)	(143)	(8)	(1)	(11)	-	(20.286)	(23.340)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(4.617)	(4.617)	-
Empresa excluída da consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(166.549)
Transferências	(6.086)	232	-	-	27	4	-	5.823	-	485
Saldo no final do exercício	306.002	78.284	1.257	4.409	109	3	470	5.859	396.393	420.035
Custo	344.687	85.686	1.375	4.731	126	4	485	5.859	442.953	446.310
Depreciação acumulada	(38.685)	(7.402)	(118)	(322)	(17)	(1)	(15)	-	(46.560)	(26.274)
Saldo líquido no final do exercício	306.002	78.284	1.257	4.409	109	3	470	5.859	396.393	420.036
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	3	15	3			

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

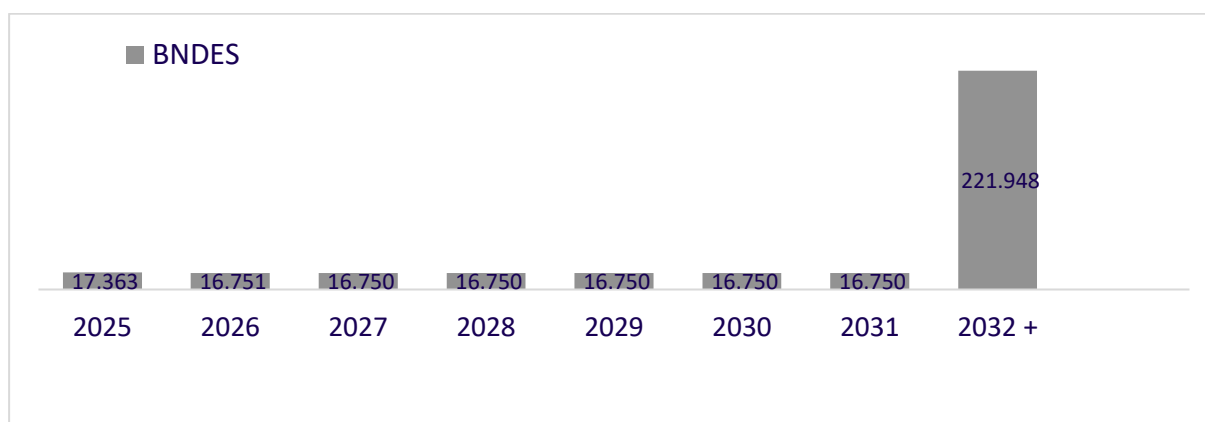
(a) Composição

										Consolidado 2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA + 4,56%	17.082	(332)	613	17.363	328.835	(6.384)	322.451	339.814	181.258
		17.082	(332)	613	17.363	328.835	(6.384)	322.451	339.814	181.258

										Consolidado 2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA+4,56%	16.297	(332)	552	16.517	330.000	(6.715)	323.285	339.802	230.915
		16.297	(332)	552	16.517	330.000	(6.715)	323.285	339.802	230.915

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Nota	2024	Consolidado 2023
Saldo no início do período		339.802	447.553
Captações		-	14.041
Provisão de juros	7	15.554	16.856
Atualização monetária	7	16.362	19.653
Adições dos custos de captações		-	(264)
Apropriações dos custos de captações	7	332	359
Juros pagos		(15.523)	(12.695)
Liquidações		(16.713)	(13.160)
Empresa excluída da consolidação		-	(132.541)
Saldo no final do período		339.814	339.802

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de materiais	5	10	2.549	5.947
Fornecedores de serviços	-	-	18	64
Fornecedores Nacionais - Partes Relacionadas	46	-	3.729	93
	51	10	6.296	6.104

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado dos processos é de R\$ 10 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado dos processos é de R\$ 538.

15 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

			2024	Consolidado 2023
	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente		
Saldo no início do exercício	115.223	(109.887)	5.336	6.732
Adições	-	-	-	-
Realização do ajuste a valor presente	-	539	539	551
Empresa excluída da consolidação	-	-	-	(1.947)
Saldo no final do exercício (i)	115.223	(109.348)	5.875	5.336

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras, serviços e outros		Resultado Financeiro (Nota 7)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas de energia										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	5.124	621	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	4.908	4.154	-	-	49.080	76.700	-	-	-	-
	4.908	4.154	-	-	54.204	77.321	-	-	-	-
Conta corrente (i)										
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A	1.004	1.004	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A	1.004	1.004	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.	823	823	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	907	907	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A	731	731	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.562	3.562	907	907	-	-	-	-	-	-
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
	-	-	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
Fornecedores (Nota 13) - Compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	131	93	-	-	(717)	(378)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(18.841)	(352)	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	3.598	-	-	-	(3.598)	(323)	-	-
	-	-	3.729	93	-	-	(23.156)	(1.053)	-	-
Repasso de custos partes relacionadas (ii)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	460	-	-	-	(460)	-	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	2.725	-	-	-	(2.725)	-	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	627	-	-	-	(627)	-	-	-
	-	-	3.812	-	-	-	(3.812)	-	-	-
	8.470	7.716	8.448	1.000	54.204	77.321	(26.968)	(1.053)	(821)	(821)

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

(ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 136.930, dividido em 205.383.364 ações ordinárias e preferenciais, todas normativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, a única acionista da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. era a Auren.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	25.396	(5.700)	30.268	(1.619)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(8.635)	1.938	(10.291)	550
Equivalência patrimonial	346	(1.773)	-	-
Base negativa sem constituição de tributo diferido	(118)	-	(118)	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(328)	(155)	(328)	(155)
Outras adições permanentes, líquidas	-	(10)	-	(10)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(2.870)	(4.466)
IRPJ e CSLL apurados	(8.735)	-	(13.607)	(4.081)
Correntes	-	-	(4.872)	(4.081)
Diferidos	(8.735)	-	(8.735)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(8.735)	-	(13.607)	(4.081)
Taxa efetiva %	(34,40%)	0,00%	(44,96%)	(252,07%)

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 6)		-	-	8.861	4.559
Partes relacionadas (Nota 16)		-	-	3.562	3.562
		-	-	12.423	8.121
Ao valor justo por meio do resultado (i)					
Equivalentes de caixa (Nota 5)	1	40.713	524	99.227	33.995
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 5)	1	-	-	10.041	9.434
		40.713	524	109.268	43.429
		40.713	524	121.691	51.550
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 9) (ii)		-	-	339.814	339.802
Fornecedores (Nota 13)		51	10	6.296	6.104
Arrendamentos		-	-	10	24
Partes relacionadas (Nota 16)		-	-	4.719	907
		51	10	350.839	346.837

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A

qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	31.794	44.446	74.872	344.207	495.319
Fornecedores	6.296	-	-	-	6.296
Arrendamentos	10	-	-	-	10
Partes relacionadas	3.812	907	-	-	4.719
	41.912	45.353	74.872	344.207	506.344
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	31.092	59.799	56.960	355.459	503.310
Fornecedores	6.011	-	-	-	6.011
Arrendamentos	14	10	-	-	24
Partes relacionadas	93	908	-	-	1.001
	37.210	60.717	56.960	355.459	510.346

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado			
					Cenários II & III			
					-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	109.268	151 bps	1.645	(3.319)	(6.637)	3.319	6.637
BRL - IPCA 4,83%	Financiamentos (j)	346.530	17 bps	(589)	4.185	8.368	(4.185)	(8.368)

Valores não contemplam custos de captação.

*basis point

20 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos. A apólice de riscos patrimoniais possui coberturas, condições e limites compartilhados entre algumas controladas do grupo, como é o caso.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras.	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 1.156 em 31 de dezembro de 2024.